

---

# PARA DESCOLONIZAR O ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DAS RELAÇÕES DE PODER

---

TO DECOLONIZE THE HISTORIOGRAPHICAL STUDY OF POWER RELATIONS

**Samuel Correa Duarte<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0003-3169-3383>

<http://lattes.cnpq.br/5350906272443743>

**RESUMO:** O presente texto consiste em ensaio teórico com base em pesquisa bibliográfica sobre a questão do político na perspectiva histórica. Para isso, iremos mobilizar as ferramentas de análise propostas no escopo das chamadas teorias decoloniais. Entendemos que as condições de revisão da herança colonial e desconstrução dos dispositivos coloniais na pós-modernidade fazem parte de um mesmo movimento. O itinerário das reflexões aqui elaboradas se inicia pela análise dos elementos que embasam o programa de pesquisa decolonial. A seguir, buscamos divisar aspectos metodológicos na área dos estudos historiográficos que permitam revisar a colonialidade como peça de enfrentamento ao discurso oficial. Por fim, abrimos diálogo com interpretações críticas da empresa colonial que permitam reposicionar a questão do político em novas bases.

**Palavras-chave:** colonialidade; decolonialidade; historiografia.

**ABSTRACT:** This text consists of a theoretical essay based on bibliographic research on the issue of politics in the historical perspective. For this, we will mobilize the analysis tools proposed in the scope of the so-called decolonial theories. We understand that the conditions for reviewing the colonial heritage and deconstructing colonial devices in postmodernity are part of the same movement. The itinerary of the reflections elaborated here begins with the analysis of the elements that underlie the decolonial research program. Next, we seek to identify methodological aspects in historiographical studies that allow us to review coloniality as a means of confronting the official discourse. Finally, we open a dialogue with critical interpretations of the colonial enterprise that allow us to reposition the issue of politics on new bases.

**Keywords:** coloniality; decoloniality; historiography.

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo central tratar do estudo da história das relações de poder a partir das chamadas teorias decoloniais, com vistas a estabelecer o diálogo destas com os aspectos metodológicos da historiografia aplicada à questão do político. Empregamos o termo relações de poder como uma expressão que aponta a dimensão política para além da esfera da política institucional, ou seja, como parte inerente do mundo da vida social. Sendo assim, entendemos que é preciso descolonizar o estudo das relações de poder com vistas a desconstruir discursos oficiais, pensar as subalternidades e ouvir suas expressões de fala. Ga-

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Maranhão, campus de Codó. Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: samuel.correa@ufma.br.

yatri Spivak aponta para o problema do silenciamento imposto aos sujeitos periféricos e, por conseguinte, para a necessidade de romper com o discurso oficial, por seu viés unilateral e excludente (*apud* DIAS, 2021).

O itinerário das reflexões aqui elaboradas se inicia pela análise dos elementos que embasam o programa de pesquisa decolonial. A seguir, buscamos aspectos metodológicos na área dos estudos historiográficos que permitam revisar a colonialidade, em particular com o recurso à memória coletiva e a biografia, como peças de enfrentamento ao discurso oficial. Entendemos que o princípio da coexistência na diversidade cultural consiste em pressuposto para romper com a sustentação da dominação política que subsiste na modernidade. Do ponto de vista metodológico, recorreremos ao estilo ensaístico como meio para estabelecer o diálogo entre a questão do político e a decolonialidade.

Florestan Fernandes destaca o papel do capitalismo dependente, como subproduto do processo colonial e fator estruturante das relações de poder, a partir das quais a dinâmica de apropriação material se estabeleceu como padrão social excludente no contexto da modernidade (*apud* DAVI FERREIRA, 2019). A partir dessa tópica, convém observar que os pressupostos e derivações da colonização estão associados à formação da relação centro-periferia que nos leva à necessária crítica ao eurocentrismo, como possibilidade de olhar a realidade a partir das margens do sistema-mundo.

Boaventura de Sousa Santos entende que a difusão em escala global do modelo de democracia liberal evidenciou suas fragilidades na promoção da inclusão pela via eleitoral, criando uma demanda por expansão das práticas participativas como forma de potencializar as expressões políticas populares; bem como ponta também para o colapso do paradigma da modernidade, gerando a oportunidade de substituirmos um sistema de pensamento ancorado na subjugação da natureza e seu todo envolvente, por um novo modo de pensar de cariz inclusivo (*apud* PEREIRA; CARVALHO, 2008). Com a pós-modernidade, os arquétipos derivados do Iluminismo entraram em crise, o que incluiu a formação política do Estado, abrindo caminho para reconhecer a necessidade de aprofundar a democracia e pensar novas chaves explicativas para o político.

Emerge a necessidade de situar a democracia no seu eixo temporal, visto que “(...) a política também está formada no tempo social, simultaneamente marcado pelo trabalho da memória e pelas impaciências da vontade; ela é enraizamento e invenção” (ROSANVALLON, 2010, 86). A fixação pela conjuntura política nos impede, muitas vezes, de lançar um olhar retrospectivo mais atento aos ciclos políticos que afetam nossa realidade e, conseqüentemente, construímos análises que se desmancham no ar, conforme a conjuntura se altera, sem nos darmos conta de que subjazem estruturas fundantes nesse contínuo devir – é justamente o exame dessas raízes profundas do político que nos interessa, inclusive para iluminar a análise conjuntural.

Por outro lado, o sujeito típico da democracia liberal é ao mesmo tempo jurídico (a luta pela cidadania) e histórico (o registro da memória coletiva e a construção do projeto de sociedade). Os movimentos contestatórios da ordem vigente (p. ex. movimentos de luta pela terra, quilombolas e indígenas) recuperam a noção de lugar como possibilidade de reposicionamento dos povos subalternizados e, ao mesmo tempo, as condições de revisão da herança colonial e desconstrução dos dispositivos coloniais na pós-modernidade estão postas como agenda de pesquisa. Mas para isso, é preciso investigar e desconstruir os rebatimentos do processo colonial na realidade das relações de poder.

Rèmond (2003, 442) adverte que “se o político é uma construção abstrata, assim como o económico ou

*o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada*”. Sendo assim, a história das ideias e doutrinas políticas consiste em esforço para inventariar as correntes ideológicas que orientaram o comportamento político ao longo do tempo, na perspectiva de que *“as representações e as ideias constituem a matéria estruturante da experiência social”* (ROSANVALLON, 2010, 83). A linha de análise aqui tem como pressuposto o reconhecimento do plano das ideias como meio de produção da realidade e fio condutor da ação humana. A legitimação das ações efetivas é derivada do conjunto de princípios e valores intrínsecos a um projeto de sociedade que se deseja realizar pelos meios políticos, ou seja, a partir das relações de poder.

## **PARA DESCOLONIZAR O ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DAS RELAÇÕES DE PODER**

Ferreira (1992) entende que o resgate da dimensão política nos estudos históricos se deu pelas crises cíclicas que afetam o capitalismo no século XX, ensejando a intervenção estatal e a produção de políticas públicas – espaço propício para a retomada do protagonismo dos agentes políticos. Se o Estado moderno nasce das lutas pelo monopólio da violência física legítima, seu desenvolvimento ulterior aponta para o espraiamento de suas obrigações e mecanismos de controle – da educação à saúde e o meio ambiente, nenhum domínio parece escapar ao moderno leviatã ressignificado na institucionalidade democrática.

O Estado moderno, nascido do processo de constituição do monopólio do uso legítimo da força e focado na segurança territorial, ganha então novas funcionalidades, como a promoção de saúde e educação, na esteira da demanda por direitos sociais. A isso se soma a força da opinião pública a demandar ação/reação do Estado ante as efemérides da vida social. Será a crise desse Estado moderno que permitirá a emergência da perspectiva decolonial.

Na percepção de Escobar (2003) a modernidade que emerge na Europa do século XVII deriva de processos que incluem a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa – processos endógenos e que demarcam identidades próprias; ancorada na constituição do Estado-nação e na separação Estado/Igreja. Tributário deste gradiente, o projeto da modernidade realça a ascensão da noção de “homem universal” como portador de direitos e conhecimentos, bem como “entidade” desvinculada das esferas natural e espiritual, o que implica num silenciamento dos sujeitos de carne e osso que habitam o mundo da vida.

Na argumentação de Mignolo (2008; 2014; 2017) a proposta decolonial visa rediscutir os termos de coexistência entre os grupos dominantes e subalternos, ou seja, colocar em questão o *status quo* vigente, visto que a matriz colonial de poder se assentou no controle da posse da terra e dos recursos naturais, na expropriação da força de trabalho e do rígido controle político sobre os subalternos. Acrescentamos a isso o controle das narrativas que compõem a história oficial, visto que o eurocentrismo jogou aqui papel decisivo na dominação, empregando para isso o “saber-poder” da ciência e o “saber-fazer” do Estado para controlar o registro historiográfico, implicando num registro que legitima a manutenção de uma ordem excludente e na descartabilidade da vida humana, ao que se contrapõem os povos colonizados com a proposição de formas nativas de (re)existir no curso da história.

Por isso é preciso descolonizar a democracia reconhecendo que sua vertente liberal constituiu parte do “pacote cultural” exportado para a periferia do sistema-mundo como contraparte ajustada ao avanço do capitalismo. Nesse sentido, se torna um passo essencial ampliar o hori-

zonte da democracia para acolher as diversidades de ordem racial, sexual, étnica e religiosa, provendo um novo substrato social à formação política. A história da democracia não pode se furtar a esse processo de revisão de seus paradigmas formativos, reconhecendo que é um modelo político que admite a mudança como parte inerente de seu funcionamento interno – um sistema aberto, incompleto e maleável – pois é justamente essa uma de suas virtudes capitais.

Na descrição de Ferreira (1992) a história política gozou de prestígio e destaque ao longo do século XIX. Com a ascensão da escola dos Annales no século XX, a centralidade do aspecto político seria questionada e as pesquisas focadas nas dimensões econômica e social reivindicariam seu espaço. Ao invés da história episódica derivada dos grandes eventos e personagens políticos, a partir da influência dos Annales, seria a longa duração e os processos sistêmicos que ganhariam relevo. A ampliação do espaço destinado ao político no estudo histórico é fruto também da percepção de que uma plêiade de atores contribui para a produção dos fenômenos históricos, permitindo visualizar as dinâmicas de poder contidas no cotidiano a partir da interação entre pessoas comuns, sujeitos típicos da classe trabalhadora.

Sendo assim, a postura decolonial implica na admissão da co-existência da diversidade cultural e divergência política, de modo que rejeita as visões totalizantes da realidade. Rediscutir as relações de poder no campo da política é papel primordial de uma teoria e prática decolonial que reconheça a centralidade da hegemonia para a constituição do discurso oficial. Nesse sentido é que Gramsci realça o papel da sociedade civil na produção de práticas e saberes contra hegemônicos, de modo prover uma virada cultural que permitiria romper com o silenciamento dos excluídos (ALVES, 2010). E se estamos a tratar de mecanismos de controle, não podemos ignorar a questão do político.

Dentre as possibilidades de qualificação do político, René Rêmond (2003, 444) destaca a centralidade do conceito de poder, de modo que *“a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”*. Convém anotar que a história do político pressupõe a especificidade do objeto de pesquisa e sua autonomia relativa que permita a distinção em relação a outros vetores da realidade – nesse sentido, o político se distingue do econômico, do religioso etc. Isso não significa pensar o político em assimetria com relação a outros temas, mas sim destacar suas especificidades inscritas nas relações de poder.

Nesse sentido, toda uma ordem de atores e fenômenos transitam pelo campo político, p. exe. movimentos sociais reivindicatórios da agenda ambiental, racial, sexual etc. O político indica a dinâmica da vida comum no âmbito da sociedade civil e uma forma de organização coletiva com vistas ao exercício do poder político dentro e fora dos liames estatais, bem como um modo de pensar, agir e sentir que orientam as relações sociais.

Quijano (1992; 2005) identifica na atualidade a presença colonialista na tomada da trajetória europeia como referente histórico, bem como no uso de categorias de análise e conceitos forjados a partir de elementos do mundo da vida do colonizador para analisar a realidade e o percurso original de povos colonizados. Esse framework implica numa percepção do processo histórico que exclui a possibilidade de compreender o sujeito subalternizado em seus próprios termos.

É aqui que incide a importância de revisar os pressupostos de uma história do político, de maneira a denunciar a dominação dos povos nativos, a expropriação de suas terras e aculturação de suas populações como problemas que herdamos da modernidade e cujo desfecho ainda aguarda solução. Pelo exposto, desconstruir essas práticas constitui uma agenda de luta deco-

lonial, que inclui a crítica ao modelo europeu de nação, o qual, uma vez imposto aos povos ameríndios, gerou um processo de homogeneização pelo alto contra as tradições nativas na modernidade.

Para potencializar novas abordagens contra hegemônicas, o pensamento decolonial se propõe a ver a realidade a partir das margens do sistema-mundo, entendido como subproduto da expansão do capitalismo em escala global e da rede interestatal, processos que conformam as dinâmicas internacionais no mundo contemporâneo, gerando relações de interdependência assimétrica (COBÉRIO, 2008).

A ascensão e difusão da democracia no mundo ocidental levou a uma valorização dos atores ordinários da vida social e política – populares ganham destaque como tipos exemplares da vida social, de modo que sua atuação passa a ser objetivo de análise científica no campo das humanidades. Um dos campos que irá se nutrir do cotidiano e seus sujeitos será o estudo da memória coletiva e as representações geradas no processo de sua formação. Com isso se torna passível de análise a interseção entre indivíduo e sociedade por meio das memórias partilhadas.

Rosanvallon (2010), adverte que o desencantamento do mundo e a percepção da indeterminação da realidade, a qual, no campo os estudos políticos, reside na própria categoria “povo”, empregue de forma recorrente para indicar coletividades imprecisas articuladas para fins de análise por meio de representações, não raro, de natureza cultural e situacional, ocasiona a constituição de uma perspectiva generalizante que impede a emergência dos sujeitos particulares que habitam o mundo da vida como parte do fazer historiográfico. Se a democracia liberal vive uma crise na atualidade é por decorrência de um efeito contágio derivado do desencantamento do mundo inerente à ordem capitalista e ao recurso a uma perspectiva do ator popular amorfa e inerte.

Na impossibilidade de uma definição precisa de povo, utiliza-se o espectro cultural como conjunto indiciário de uma identidade coletiva, mas a imprecisão persiste, com o ônus de se permutar o fenômeno (as práticas culturais) pelos sujeitos (os praticantes de uma cultura). Não seria o caso então de pensar as coletividades a partir das expressões múltiplas de seus sujeitos constitutivos? E aqui o registro biográfico integra um projeto de historiografia que deseja articular indivíduo e sociedade. NOGUEIRA e FERREIRA NETO (2021) destacam que os estudos historiográficos na atualidade admitem a incorporação da narrativa biográfica como um recurso válido para a compreensão da questão do político.

O modelo cartesiano e a filosofia positivista consideravam os fatores subjetivos alheios aos interesses da pesquisa científica sob a alegação de que poderiam comprometer as condições de objetividade do empreendimento científico. Com a crise desse modelo de ciência objetivista, emerge uma nova postura diante dos fenômenos sócio-históricos que acolhe a subjetividade e as emoções como características indelévels do sujeito e que demandam o registro e análise científica – mas com as ferramentas de uma nova perspectiva científica, relativista e humanista. É justamente nessa ótica em que a biografia se insere, vista como oportunidade para vivificar as estruturas que constituem a realidade política.

Michel de Certeau (1992) entende que a escrita historiográfica se insere na interseção entre a realidade abrangente (a estrutura do mundo da vida) e a compreensão da realidade (a interpretação dos eventos transcorridos no mundo da vida). Isso se torna mais complexo na medida em que a sociedade pós-moderna, fluída e instável, corrói por dentro das instituições herdadas da modernidade – a democracia liberal e os mercados nacionais se tornam vulneráveis a toda sorte de ataques, do terrorismo aos choques globais – conservando as estruturas de poder –



em especial a classe, a raça e gênero.

Como isso é feito? Pela desertificação ideológica. As relações de poder na pós-modernidade perdem o lastro das grandes narrativas do século XX e ingressam num caótico livre mercado de ideias que não precisam guardar coerência para se erigir num dispositivo de poder capaz de mobilizar pessoas – nesse contexto, a radicalização do pensar e agir corresponde a uma demanda por sentido, um leitmotiv para sujeitos na fragmentação pós-moderna.

Se é assim, os arquétipos que orientaram os estudos em história política na modernidade estão em discussão e novas possibilidades se abrem. Nesse sentido, a decepção popular com a democracia representativa na atualidade deriva da dificuldade em distinguir entre o político, parte inerente do processo de coesão social, e a política, a forma errática com que lidamos com as relações de poder e a resolução de problemas cotidianos. Por isso é que *“política se nos aparece simultaneamente como um tipo de resíduo constrangedor, que em tese deveria ser eliminado, e como uma dimensão tragicamente ausente, uma grandeza de que temos saudade”*. (ROSANVALLON, 2010, 97)

E como a agenda decolonial pode contribuir para mudar a perspectiva em histórica política? O primeiro passo consiste em questionar os pressupostos da modernidade e seu projeto historiográfico. Para Escobar (2003; 2005; 2015) a resposta “decolonial” à percepção “moderna” da realidade reside no reconhecimento dos danos gerados pelo processo de conquista empreendido pelos países centrais da Europa, p. ex. o extermínio das populações originárias e a degradação ambiental, o que nos leva, no campo epistemológico, à denúncia da articulação entre um suposto saber universal e a posição hegemônica euro-americana. A resposta decolonial aposta na noção de “lugar” como articulação entre cultura e natureza, de forma a acolher a identidade e história de vida dos sujeitos a partir da cultura local e o bem-viver dos povos tradicionais.

Sendo assim, o lugar pode ser visto como o “outro” da globalização, sua antítese e antídoto. Aqui se destacam os “modelos locais” da natureza, que se constituem a partir da elaboração de epistemes nativas derivadas dos saberes tradicionais (compreender) e sua articulação com os diferentes modos de apreensão do meio ambiente enquanto base existencial (bem viver). O recurso aos saberes e vivências tradicionais permite captar a história dos sujeitos em seus próprios termos.

A dicotomia que se estabelece entre a perspectiva nativa e a racionalidade capitalista é a recusa em se apropriar da natureza (dominar) e viver da natureza (explorar). A aposta reside em afirmar o (com)viver como parte do ambiente envolvente, de modo que o bem viver implica na articulação entre sujeitos e lugar no mundo como partes indissociáveis do processo de (re)produção da existência material e simbólica (LACERDA; FEITOSA, 2015). Pensar o bem viver é olhar para além da lógica do consumo cuja resultante consiste na degradação do espaço e no esvaimento do tempo transmutado em valores monetários – recuperar a dimensão humana da existência em sua expressão visceral é a tarefa precípua de uma historiografia conectada com o mundo da vida.

A questão identitária deve ser vista de forma relacional, sendo constituída no processo histórico e na interseção das subjetividades que se articulam no tecido social. A identidade pensada aqui é dotada de dinamismo (do ponto de vista histórico) e polimorfismo (do ponto de vista estrutural), ou seja, oscila conforme a mudança dos eixos temporal e espacial. Portanto, no contexto pós-colonial, as identidades nativas devem ser compreendidas na relação dual com as identidades dos colonizadores, tanto na forma da hegemonia destes últimos sobre os primeiros quanto na forma das práticas de resistência dos povos subalternizados tendo em

vista a defesa e difusão dos seus modos de vida típicos. A memória dos povos e sujeitos subalternizados sobrevive entre nós na atualidade, ensejando sua análise crítica.

Nesse prisma, a própria democracia, enquanto sistema de sociedade aberta, se inscreve no político de uma forma que a torna ao mesmo tempo, parte do senso comum e indefinível com precisão. Não há quem não tenha para si uma compreensão do que se trata a democracia. Por outro lado, sua polissemia se manifesta nas diferentes ideologias que guiam o comportamento político - das regras do jogo à justiça distributiva, há muitas democracias, de modo que *“longe de corresponder a uma simples incerteza prática sobre os meios de seu estabelecimento, o caráter vacilante da democracia participa mais profundamente de sua própria essência”* (ROSANVALLON, 2010, 72). Assim a democracia deve ser pensada como parte de uma cultura política e, ao mesmo tempo, como projeto societário dotado de plasticidade, o que permite a inclusão de novas identidades locais.

O ponto metodológico notável aqui é que os eventos que constituem a matéria prima do trabalho historiográfico, sendo fenômenos sociais complexos, precisam ser depurados por cuidadoso processo de seleção, recorte e análise, atentando ao mesmo tempo para a lógica interna dos eventos e para o contexto em que se inscrevem. Todo evento é histórico, porque carrega as marcas do seu tempo; e sociocultural, porque representa frações da coletividade que o produz. A cultura política para Motta (2009) está ligada a uma economia das emoções visto que lida com os sentimentos derivados das relações de poder, como a paixão, o medo e a fidelidade. Há de se cuidar na análise da cultura política em não tomar essa como divorciada dos sujeitos que lhe dão vida e nem tampouco a pensar como estática – as relações de poder devem ser captadas em sua dinâmica, em seu devir.

Na exposição de Bernstein (1998), a cultura política se articula com a dinâmica geracional e o processo de socialização dos quais os atores sociais tomam parte. Nesse sentido, o contexto familiar e o espaço religioso ganham relevância como ambientes de socialização política. Os postulados da cultura política abraçada pelo ator social servem de bússola para orientar suas decisões e compromissos políticos. O duplo interesse do historiador na cultura política é identificar os padrões culturais que a fundamentam e, também, os modos de partilha da visão de mundo sobre o passado.

Chartier (2009) propõe uma sociologia histórica das práticas culturais que permita identificar o processo de formação de uma realidade social no tempo e espaço. As representações do mundo social se tornam objetos de escrutínio historiográfico na medida em que permitem compreender as relações entre os atores sociais e o meio abrangente no qual se encontram inseridos. Explicar os eventos históricos é processo contínuo da formação de uma memória coletiva, o qual é realizado a partir da visão de mundo de quem lê o passado.

Assim as representações sociais são artefatos derivados de um certo número de experiências singulares com pretensão de universalidade. É no embate discursivo entre diferentes narrativas que se constitui a visão hegemônica sobre o que se passou no contexto social e como chegamos, enquanto coletividade, ao tempo presente. As representações sociais classificam a realidade grupal, orientam as práticas correntes dos atores sociais e se cristalizam em instituições que visam perpetuar uma cosmovisão.

Para Rémond & Ferreira (2003) a história, enquanto devir, afeta a própria escrita da história, de modo que nosso olhar sobre o passado é sempre circunstancial. Entrelaçada com as representações sociais, a compreensão do passado dialoga com a constituição dos atores sociais em sentido plural. A percepção de que os atores em posições sociais inferiores também contribuem para a formação histórica é fundante de uma forma de ver o passado e nossa memória

como um sistema aberto a ressignificações e reelaborações. Dar voz aos atores esquecidos e subalternizados amplia o espectro histórico e social sobre o qual podemos tornar as diferentes formações culturais inteligíveis.

Bloch (2001) adverte que a tarefa de encontrar sentido no emaranhado de eventos pretéritos exige parcimônia e perícia – a primeira recomenda o cuidado para compreender os registros do passado como expressões de sentido de seu tempo, a segunda implica no rigor técnico para qualificar as fontes nas quais se fiam a análise. A transmissão do registro social dos eventos históricos se dá pelo testemunho transformado em documento. Mas há de se ter em mente que o documento não é o registro integral dos eventos a que se dedica descrever – é sempre parcial e proposital.

A questão da temporalidade também afetou o status da história política, haja visto que, diferente de outros campos situados na longa duração, parecia que tudo que dizia respeito ao político era efêmero e episódico. Mas essa não é bem a realidade pois, se existem eventos que demarcam a trajetória das relações políticas, como eleições, tratados, guerras etc., também é preciso levar em conta a permanência das instituições por período que transcende o momento e as tensões transitórias.

Rosanvallon (2010) adverte que o ofício do historiador ante a experiência democrática consiste em captar seu movimento em suas contradições e problemas. Decifrar os sentidos dos discursos e práticas políticas situados no seu devido tempo é parte inerente do trabalho de escrutínio historiográfico. Isso abre caminho para compreender que todo sistema político é produto do seu tempo e das suas circunstâncias – de modo que tanto democracia quanto autocracia operam num continuum que é informado pelo embate das forças políticas no seio da sociedade.

O progressivo ingresso do Estado na vida social por meio de leis, regulações, finanças e políticas setoriais colocou em xeque a objeção de que a história política não diz respeito ao mundo da vida, provendo novo sentido aos estudos na área. No segmento eleitoral assistimos também a contínua inclusão de novas parcelas da população no contingente dos eleitores, ampliando a esfera dos partícipes do debate político e do processo decisório.

Julliard (1995) demonstra que os eventos e práticas do mundo político não são epifenômenos da realidade social ou econômica – nesse sentido, admitido que as relações de poder permeiam a estrutura social, também devemos reconhecer que as condições de inteligibilidade do processo histórico residem no político como fator estruturante de um projeto de sociedade. O que temos aqui é uma espécie de revolução copernicana por meio da qual o eixo de análise do mundo da vida passa a ser a dimensão política. Albernaz (2011) procura demonstrar que o político sempre compôs o mosaico de temas historiográficos, mas dentro de um movimento pendular entre a ênfase na ação política ou na estrutura social. O desafio posto é como tornar a pesquisa em história política operacional e preservar a integralidade do seu objeto.

Rosanvallon (2010) propõe pensar o político como o eixo estruturante da sociedade a partir da ideia de representação, visto que a partir dela seria possível captar as mudanças das instituições e atores políticos, colocando em destaque temas como a democracia e soberania. O plano político difere da política em ação – o primeiro diz respeito a todo o acervo de representações políticas produzidas pela sociedade, enquanto a segunda indica seus usos no campo político, gerando diferentes conjunturas.

A dinâmica política abrange experimentações e rearranjos reiterados - o que há de peculiar na política é que ao transformar a realidade também transforma a si. Sendo assim, a histori-



dade é uma condição incontornável dos atores políticos e os fenômenos derivados da estrutura social que formam a conjuntura política. Entender a temporalidade das práticas políticas é essencial para identificar as mutações da realidade e as recombinações das relações de poder em novas roupagens – a linha do tempo do fenômeno político constitui um encadeamento acidentado, mas não acidental, de modo que sob as aparências e contingências escondem-se relações de causa e efeito acessíveis ao pesquisador pelo escrutínio dessas relações de poder.

A política vista em sentido restrito aos detentores do poder é uma visão que reproduz a exclusão da sociedade civil da esfera política. A perspectiva tradicional, ao abordar a história como conjunto factual, deixa de perceber que os fatos históricos são socialmente construídos. Esse ponto de partida, da formação social dos eventos históricos, leva a uma perspectiva que precisa colocar em cena no tabuleiro da história personagens de todos os estratos sociais.

Julliard (1995) adverte que, ou o político se confunde com os fatos correlacionados e não demanda um exame crítico mais profundo, ou o político extrapola o aspecto factual para incidir em elaborações teóricas e discursivas sofisticadas, que orientam o comportamento de atores de diferentes segmentos sociais no plano das relações de poder. Enquanto investiu na primeira perspectiva, a visão tradicional fez recrudescer a importância do político para a compreensão historiográfica.

Por outro lado, a segunda perspectiva representa uma virada epistemológica que implica perceber o político na longa duração, para além do acontecimento factual. Ferreira (1992) registra que a agenda da história política focaliza as relações de poder e dominação na interface entre Estado, mercado e sociedade civil na produção da ordem burguesa. É justamente nesse vértice que se deve atentar para os múltiplos sujeitos e fenômenos.

Diante disso, para o entendimento do político é preciso reconstituir de forma densa suas contradições e nuances. Essa perspectiva deve guiar os estudos sobre a democracia, p. exe., como afirma nosso autor *“não se trata somente de dizer que a democracia tem uma história; é preciso considerar, de modo mais radical, que a democracia é uma história e, como tal, indissociável de um trabalho de exploração e experimentação, de compreensão e elaboração de si mesma”* (ROSANVALLON, 2010, 74). A ideia subjacente aqui é que a tarefa da história reside em reanimar o desenrolar de um conjunto de eventos pretéritos em diálogo ativo com o tempo presente.

De igual modo, há se de reparar que os consensos que movem as massas são crivados de embates e conflitos permanentes – donde confundi-los com homogeneidade é incorrer em erro. Captar a diversidade na pluralidade é a chave para inscrever os personagens históricos na sua condição social, envolver na coletividade, e humana, imerso em paixões e volições. Isso posto, podemos também admitir que a narrativa não é a replicação dos eventos transcorridos, visto que o registro da memória é sempre seletivo. Problematicar os critérios de seleção empregados pelos narradores se torna, portanto, parte do exercício historiográfico.

As razões para as mudanças no cenário político devem ser buscadas em fatores estruturais, coletivos e individuais – as instituições sociais, as massas e os personagens políticos importam. Sendo assim, ciente da necessidade de manter equidistância da história sem sujeitos e dos sujeitos autossuficientes, a história política não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 2003).

O resgate da institucionalidade na abordagem histórica tem notória contribuição para que temas relativos a partidos e sistemas eleitorais sejam analisados em sua dinâmica. De igual

modo, os acontecimentos de ordem política não são meros acidentes que podemos desprezar – constituem eventos disruptivos que colocam o político em evidência ante a miríade de fenômenos sociais. Tome-se como exemplo a revolução, espécie de descontinuidade na linha temporal do político, mas que ainda assim faz parte da estrutura e lógica de operação do campo político.

Rosanvallon (2010) nos permite pensar a história como espécie de laboratório das relações cotidianas. Isso permite conectar trajetórias de sujeitos e coletividades com as configurações sociais hodiernas. Para isso a investigação da gênese dos eventos se torna imprescindível, como afirma o autor. Este deve ser o método desenvolvido para dar a profundidade indispensável às análises do político: partir de uma questão contemporânea para reconstruir sua genealogia, antes de fazê-la voltar ao término dessa investigação rica em ensinamentos do passado.

A análise qualitativa centrada em relatos biográficos e documentos pode ser profícua para iluminar o processo de constituição das modernas instituições políticas, bem como pode permitir ao historiador se aprofundar nas dinâmicas culturais e societárias em que política subsiste para além das estruturas do poder instituído – o mundo da vida cotidiana é pleno de relações políticas à espera de seu inventário e análise. Julliard (1995), destaca o ressurgimento do interesse historiográfico sobre o político em novos termos, colocando em perspectiva os fundamentos da sociedade moderna e seus arranjos políticos, de modo a visualizar como os projetos de sociedade se consubstanciam em relações de poder na longa duração.

Burke (1992) entende que o desafio da narrativa histórica é conciliar ação e estrutura – o agir no mundo dos sujeitos históricos captados no contexto abrangente da estrutura social na qual estão inseridos. A tentação que aflige o historiador é elevar personagens considerados centrais para a narrativa como descolados da estrutura que constrange suas ações. A personificação incorre no risco de omitir as condições sociais de produção das ideias e transformações políticas – não há exercício de um homem só – daí a possibilidade de propormos a articulação entre memória coletiva e biografia como contrapartes de um mesmo processo histórico.

A questão chave é que o político seja sempre posto à prova, de modo que *“sua história passa, assim, em primeiro lugar, pela atenção ao mecanismo de suas antinomias, pela análise de seus limites e de seus pontos de equilíbrio, e exame das decepções e desordens que ele suscita”* (ROSANVALLON, 2010, 85). Sendo assim, o objeto de uma investigação histórica sobre o político consiste nas tensões, fraturas e rupturas que constituem o processo contínuo de elaboração da realidade política no cotidiano – por isso deve-se perceber a democracia como um projeto em curso, porém inacabado. O desiderato de uma história do político é adentrar ao teatro dos movimentos da vida para examinar a realidade efetiva das coisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio buscamos demonstrar a importância para o estudo das relações de poder em desconstruir os discursos oficiais e ouvir os sujeitos periféricos. Nesse sentido, a agenda de pesquisa decolonial implica numa série de posturas e ações. Deve-se romper com o eurocentrismo e a concepção de homem universal derivado da modernidade, bem como recuperar a noção de lugar como base existencial e colocar em questão o status quo vigente. Para reposicionar o saber-poder da ciência e o saber-fazer do Estado é preciso ver a realidade a partir das margens do sistema-mundo e pensar as coletividades a partir das expressões múltiplas dos sujeitos subalternizados. Por isso, importa colocar em evidência os saberes tradi-

onais e seus sujeitos. A crítica da condição de subalterna demanda atentar para dispositivos raciais e sexuais que implicam em silenciamentos.

Pelo exposto, existem convergências profícuas entre o programa decolonial e o estudo de história na seara política, na medida em que a análise da exploração inerente ao processo da colonização e replicada no contexto atual da globalização, não se faz sem focalizar o papel das estruturas de poder social e político que lhe dão sustentação. A condição pós-moderna, com sua fragmentação imagética e ocorrência episódica, torna ainda mais necessário compreender a trajetória que nos trouxe até aqui. Conectar os eventos aparentemente aleatórios da vida cotidiana ao grande quadro da evolução histórica é parte fundamental do embate contra o apagamento da memória. Esse embate se dá no contexto da crise das ideologias como motriz política e do ocultamento político das ideologias.

Nesse sentido, o trabalho historiográfico deve entender o documento como um registro comunicacional que nos permite adentrar na teia de relações sociais que estão na base de nossa formação histórica. Os sujeitos devem ser vistos na plenitude de sua representação social, com sua emotividade e racionalidade que os tornam humanos. A atuação política dos sujeitos e as instituições que erigem para levar adiante projetos de sociedade emergem como fenômenos dos quais podemos nos apropriar para fins de análise histórica.

De igual modo, a vinculação com o lugar, enquanto ambiente de constituição dos sujeitos e construção do mundo da vida, se torna ferramenta de grande valia para repensar os dispositivos de poder que incidem sobre a produção da história. Assim, humanizada, a narrativa historiográfica permite captar a construção de sentidos que permeiam as vivências dos atores sociais. Se o projeto colonial ainda se faz presente entre nós na atualidade é porque suas estruturas de poder se mantêm de pé, tendo como expressão típica o discurso oficial. Nesse sentido, o recurso à história das pessoas e comunidades subalternizadas se torna central para desconstruir os arquétipos da modernidade. Por isso, quando o pesquisador acolhe as experiências de vida dos sujeitos silenciados pelas estruturas de poder, abrem-se novas perspectivas interpretativas sobre quem nos tornamos enquanto sociedade.

A articulação entre o estudo do político e a pesquisa biográfica pode ser valiosa para captar os sujeitos em seu cotidiano, suas paixões e inconstância. Para longe da ideia de homem unidimensional e linear, a história política deve investigar sujeitos plenos de sua condição humana – assombrados pela dúvida e a incerteza, mesmo quando discursam frente às massas em defesa de ideais capazes de mover a roda da história, como a justiça, a liberdade, a igualdade e todos os valores que marcam nossa civilização. Sendo assim, podemos dizer que o discurso político e a narrativa historiográfica são aqui contrapartes que se integram num mesmo projeto – o registro e compreensão de uma época e seus sujeitos.

## REFERENCIAL

- ALBERNAZ, C. A. A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *Historiae*, Rio Grande, 2 (9): 9-24, 2011.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política* [online]. 2010, n. 80, pp. 71-96.
- BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2001.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed., Lisboa: Difel, 2002.

COBÉRIO, C. G. V. Os Sistemas-mundo e a Globalização. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 7(1), 53–70, 2010.

DAVI FERREIRA, M. Para uma introdução à tese do capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes. *Revista Argumentos*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 40–68, 2019.

DIAS, R. R. W. O pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak: o lastro material da performatividade do tropo. *Anãnsi: Revista de Filosofia*, v. 2, n. 1, p. 89-112, 20 jun. 2021.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 2003, n. 1, p. 58-86

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós- desenvolvimento? A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

\_\_\_\_\_. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FERREIRA, M. de M.; RÉMOND, R. (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FERREIRA, M. de M. A nova “Velha História”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, p 265-271, 1992.

JULLIARD, J. *A política*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novas abordagens**. 3ª. Edição. Tradução Henrique Mesquita; rev. téc. Dirceu Lindoso e Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 181-196.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. *Revista Interterritórios*. 2015, v.1, n.1, pp 5-23.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017.

\_\_\_\_\_. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Soc. estado.*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 21-44, Apr. 2014.

\_\_\_\_\_. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, Aug. 2008.

MOTTA, R. P. S. (Org). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NOGUEIRA, Isabella; FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. A biografia em uma nova história política. *Revista de História Comparada* [Online], 10.1 (2016): 262 - 283. Web. 12 Dez. 2021.

PEREIRA, M. A.; CARVALHO, E. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2008, n. 73, pp. 45-58.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estud. av.*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 73-80, Dec. 1992.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.